

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.473 - AM
(2019/0089764-4)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : NILSON FAGNER LEMOS DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

NILSON FAGNER LEMOS DE SOUZA agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas** na Apelação n. 0607834-58.2016.8.04.0001.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, mais 50 dias-multa, pena substituída por duas restritivas de direitos, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, do CP.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

Nas razões do especial, alegou a defesa que o acórdão recorrido violou os arts. 49 e 59 do CP, ao argumento de que a multa foi fixada em patamar desproporcional.

Requeru **seja reduzida a reprimenda pecuniária.**

Não admitido o especial na origem e interposto o recurso de agravo, o Ministério Público Federal opinou pelo seu desprovimento.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada.

3.1 - Pena-Base:

Culpabilidade:

Vê-se que a conduta do réu se exteriorizou pela simples consciência de infringência da norma penal, nada tendo a se valorar.

Antecedentes:

Os **antecedentes devem ser valorados de forma negativa**. Justifico. **O acusado possui uma condenação** pelos autos nº 0643933-61.2015.8.04.0001, que tramitaram pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, tendo o **trânsito em julgado ocorrido em 18/07/2016, por fatos ocorridos em data anterior ao processo em epígrafe, de modo a configurar maus antecedentes**.

Conduta Social:

Não constam parâmetros nos autos para a análise da conduta social do acusado

Personalidade do Agente:

A personalidade deve ser valorada de forma neutra, pois não há dados técnicos nos autos que desabonem a personalidade do acusado.

Motivo:

Os motivos devem ser valorados de forma neutra, posto que não extrapolam os próprios do tipo penal.

Circunstâncias:

Não há circunstâncias relevantes no cometimento do delito.

Consequências do Crime:

As consequências do crime não foram significativas.

Comportamento da Vítima:

A vítima não contribuiu para o resultado.

3.1.1 - Critérios para Finalização da Pena-Base:

Na minha concepção, entendo que cada circunstância judicial deverá incidir na pena-base, considerando 1/8 (um oitavo) do intervalo da pena, uma vez que são 08 (oito) circunstâncias judiciais a serem apreciadas. No presente caso o delito ora em análise prevê na pena-base um intervalo de 06 (seis) anos (Pena: de 02 a 08 anos). Nesse diapasão **para cada circunstância judicial reconhecida deverá aumentar ou diminuir quando for o caso, a pena-base em 09 (nove) meses**, de modo que, se todas as circunstâncias fossem reconhecidas desfavoravelmente totalizaria a pena máxima cominada ao delito.

Em razão das circunstâncias judiciais, justifica-se a aplicação da pena, de acordo com o artigo 59 do Código de Penal em vigor, **em 02:09:00 (dois anos e nove meses), de reclusão, razão pela qual a fixo como pena-base**.

3.2 - Circunstâncias Atenuantes e Agravantes:

Reconheço a circunstância **agravante de reincidência, em razão da sentença condenatória transitada em julgado em 28/09/2015**, proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, nos autos de nº

0213867-66.2015.8.04.0001, razão pela qual entendo por **agravar a pena em 09 (nove) meses, totalizando-a, nesta segunda fase, em 03:06:00 (três anos e seis meses), de reclusão.**

3.3 - Causas de Diminuição e Aumento:

Não existem causas de diminuição e/ou de aumento

3.4 - Pena de Multa:

Condeno-o, ainda nos moldes do artigo 60 do Código Penal, ao pagamento da pena de multa em 50 (cinquenta) dias-multa, sendo cada dia multa arbitrado em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época dos fatos.

(fls. 159-160, destaquei)

O acórdão recorrido asseriu o seguinte:

Verifica-se, por fim, que o **pedido de redução da pena de multa** ao patamar do mínimo, ao Apelante, **não merece prosperar**, em razão do respeito ao **livre convencimento motivado do Juízo de piso, ao determinar o aplicado quando da dosimetria, nos ditames da devida razoabilidade.**

(fl. 226, grifei)

Os arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 e seguintes do CP e 387 do CPP estabelecem princípios e regras que regem a individualização e a quantificação da pena necessária para prevenir e reprimir o crime praticado. Dentro dessas balizas, o magistrado tem certa discricionariedade para avaliar as singularidades do caso concreto em relação à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, ao comportamento da vítima, aos motivos, bem como às circunstâncias e às consequências do delito.

Na espécie, a sanção pecuniária foi fixada em 50 dias-multa, ao passo que a pena privativa de liberdade, cujo montante não foi impugnado, foi calculada em 3 anos e 6 meses de reclusão – exasperação de 9 meses pelos maus antecedentes e a mesma quantidade pela configuração da reincidência.

Assim, constato desproporcionalidade na quantidade de dias-multa em relação ao total da privativa de liberdade.

Ao valorar negativamente os antecedentes e ao reconhecer a reincidência, o juiz sentenciante acrescentou aproximadamente 1/3 na primeira e segunda fases da dosimetria da pena de reclusão.

Haja vista esses patamares de aumento, a reprimenda pecuniária deve ser fixada na mesma proporção, ou seja, em 13 dias-multa na primeira etapa (incremento de 1/3) e, na segunda, deve alcançar 17 dias-multa (adição de 1/3), que coincide com a final, em razão da ausência de elementos relevantes para a dosimetria na terceira etapa.

À vista do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, com o intuito de reduzir a pena pecuniária para 17 dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator